

CLARIDADE – FAZER LUZ, ADENSAR AS SOMBRAS

SÉRGIO NETO

Investigador Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da Universidade de Coimbra
sgdneto@gmail.com

Resumo

Os últimos anos têm assistido a um crescente e renovado interesse acerca do papel desempenhado pela revista *Claridade* (1936-1960) na construção (ou não) da nação cabo-verdiana. Na verdade este periódico, ao seu tempo muito elogiado, mas também criticado, conseguiu um lugar raramente atingido por qualquer outra publicação no espaço colonial português do século XX. Por outro lado, em Cabo Verde, adquiriu uma aura quase mítica, facto que, por vezes, dificulta uma análise a um tempo desapaixonada e distanciada. Certamente que contribui o facto de não existir uma obra de fundo que aborde esta questão sob os seus variados prismas e integre a longa cronologia da revista nas sucessivas conjunturas cabo-verdianas, portuguesas, euro-africanas e mundiais, que compreendem os anos 30, 40 e 50. Em suma: uma obra que debata o fim dos jornais de algumas elites africanas sedeadas em Lisboa, perante o fortalecimento da Ditadura Militar e do Estado Novo; que explicita as relações dos “claridosos” com alguns vultos portugueses da época; que esclareça a sua ligação à formação dos jovens cabo-verdianos, alguns deles futuros membros do PAIGC; que relacione a sua produção com o nascente e emergente nacionalismo; que integre a sua voz literária/científica social com o meio envolvente; que apreenda as relações com o Brasil, no contexto mais alargado do espaço ilhéu cabo-verdiano; que siga o seu percurso após o fim da revista, durante o período da Guerra Colonial/Guerra de Independência e após 1975.

Assim, sem esquecer a necessária alusão a alguns trabalhos contemporâneos da publicação do mencionado periódico, a presente comunicação propõe fazer um trajeto crítico pelos últimos contributos versando a questão, a fim de avaliar o estado da arte e a existência ou não de um debate entre teses antagónicas, mas também complementares. Ou seja, partir do trabalho pioneiro do escritor Manuel Ferreira – que reeditou *Claridade*, quando do cinquentenário do início da sua publicação (1986) –, e chegar até às obras mais recentes e diversas do estudioso de literatura Osvaldo Silvestre, dos sociólogos Gabriel Fernandes e Carlos dos Anjos, do antropólogo Manuel Brito-Semedo, e dos historiadores Víctor Barros e Ângela Benoliel Coutinho, entre outros.

Palavras-chave: *Claridade*, literatura, historiografia, debate

*

A revista cabo-verdiana *Claridade* (1936-1960), num total de nove números, em muito extravasou o seu subtítulo de “arte e letras”, convertendo-se num fenómeno cultural verdadeiramente singular. Os elogios, as críticas e os comentários que suscitou, ao longo de várias décadas, no arquipélago então colónia e na metrópole portuguesa, assim como o seu papel de charneira na contemporaneidade cabo-verdiana, granjearam-lhe uma imagem plena de complexidade(s), que muitas vezes condiciona(m) uma visão objetiva dos seus antecedentes, dos seus propósitos e, em última instância, do seu significado ontem e hoje. De resto, conscientes da sua originalidade, os coevos não se coibiram, logo no início, de enaltecer a audácia da capa do primeiro número de *Claridade*, naquilo que sempre foi considerado uma inequívoca manifestação identitária de cabo-verdianidade, ou seja, abrir com poemas populares em crioulo (Ferreira, 1959: p. 31-32). Este “dialecto”, língua de berço de todo o natural das ilhas, era interdito nas escolas e, muitas vezes, objeto de achincalhamento pelos colonos e visitantes portugueses (e até cabo-verdianos), que o cunhavam de

“língua-de-trapos”, de “linguagem infantil” e até de relíquia da época dos Descobrimentos (Miranda, 1937: p. 2).

Deste modo, à problemática da génese e da filiação de *Claridade*, acrescem questões de natureza identitária e nacionalista, assim como a exata medida em que o trinómio nativismo/regionalismo/nacionalismo foi sucessivamente levado em linha de conta pelas elites autóctones, ligadas à revista aqui estudada ou não. Por outro lado, é imperioso destrinçar, de modo mais preciso, os diferentes períodos da vida editorial de *Claridade*, sem esquecer os diversos colaboradores, a orientação temática e a possível ligação, mais ou menos imediata, aos momentos políticos vividos e/ou ecoados no arquipélago (Neto, 2009: p. 201-205).

No que se refere à génese/filiação, importa perceber que, também logo nos primeiros números, a revista começou a refletir sobre si mesma (Oliveira, José, 1936: p. 4), embora não apresentasse qualquer texto programático de fundo, pelo que as rubricas consagradas à poesia, à etnografia, à linguística, à criação literária, deveriam falar por si mesmas. Na verdade, o programa chegaria depois, numa leitura já distanciada e, portanto, nunca coincidente na sua totalidade com os objetivos originais (França, 1962). Neste sentido, houve autores que procuram deduzir os intentos dos “claridosos” a partir de escritos anteriores a 1936, enfatizando, sob perspetivas diversas, é certo, a maior ou menor correspondência entre uns e outros (Neto, 2009: p. 89).

Deste modo, é imperioso reter a longevidade do periódico. Não atender a este fator, num território no qual as publicações, em muitos casos, pautaram pela irregularidade, seria relegar um dado significativo para o esquecimento. De facto, entre o primeiro e o último ano de publicação decorreram cerca de vinte e quatro anos. Entretanto, *Claridade* trilhara um longo caminho. A obscura “revista de arte e letras” dos meados dos anos 30 acabara, inadvertidamente, por se converter num autêntico “cartão-de-visita” do arquipélago “crioulo”, com o colonialismo português – e também a oposição, até muito tarde sustentando uma posição favorável à manutenção do “património” territorial em África – a aplaudir, num registo um tanto paternalista, a criação literária “claridosa” enquanto uma manifestação de regionalismo português no “meio do Atlântico azul”, como os Açores e a Madeira (Casimiro, 1935: p. 1).

Aqui surge o paradoxo, ou melhor, o desfasamento temporal, que atingiu um dos inspiradores do movimento: o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, autor da teoria luso-tropical, que alcandorava a colonização portuguesa ao lugar cimeiro, em virtude da miscigenação alcançada e do pretense pouco racismo daquela. Enquanto nos anos trinta, tanto *Claridade* quanto Freyre podiam ser olhados com desconfiança pelos círculos coloniais de Lisboa, visto que a sua apologia da mestiçagem colidia com os ensinamentos do Darwinismo Social, já nos finais dos anos quarenta, o Estado Novo reconhecia a necessidade de os perfilhar, buscando passar aos anticolonialistas uma imagem de tolerância rática ligada

ao passado expansionista do país (Castelo, 1999). Por outro lado, durante esse lapso de tempo, desenrolara-se a Segunda Guerra Mundial, cujo termo havia fortalecido os movimentos anticolonialistas, os quais se tornaram a referência da mais recente geração de intelectuais cabo-verdianos.

Determinado a apresentar, *urbi et orbi*, um rosto tolerante, o regime de Salazar viu-se obrigado a fazer escolhas, prescindindo, como era de seu timbre, do que não fosse essencial. Mantendo a costumada política discriminatória, encetou a construção de um discurso baseado na teoria de Gilberto Freyre, ao mesmo tempo que apadrinhava Cabo Verde, a seu ver, a “melhor” concretização dos vaticínios luso-tropicais. O processo, uma osmose, vinha-se desenrolando lentamente, com alguns vultos literários portugueses, brasileiros e cabo-verdianos a trocarem entre si, durante os anos trinta e quarenta, percepções do arquipélago. Também por isso, Cabo Verde foi aproximado daqueles países, sendo, doravante, erigido numa espécie de elo perdido da colonização atlântica ou vértice de um triângulo oceânico tricontinental. Daí que a sua cultura tivesse sido mais mensurada pela simbiose desta e daquela influência e não tanto pelo que, potencialmente, continha de próprio, isto é, de cabo-verdiano (Casimiro, 1940).

De resto, a visita de Gilberto Freyre ao arquipélago de Cabo Verde foi objeto de diversas análises, em artigos (Massa, 1997: p. 227-236; Silvestre, 2002: p. 63-103; Neto, 2009: p. 98-112) ou capítulos e partes de livros (Castelo, 1999: p. 93; Anjos, 2002: p. 114-120; Medina, 2007: p. 261-273; Pinto, 2012: p. 101-124). Estes estudos, em todo o caso, e à semelhança daqueles que passaremos em revista, têm debatido aquele que é, porventura, o vértice mais candente da problemática “claridosa”: avaliar em que medida a cultura foi (ou não) veículo de poder.

A MEDIAÇÃO LITERÁRIA

Desde o estudo pioneiro de Manuel Ferreira, a literatura foi o aspeto mais valorizado quando da abordagem das ciências sociais à contemporaneidade cabo-verdiana. Tal não deve constituir motivo de admiração, uma vez que, como tem sido assinalado, o papel dos intelectuais é decisivo na construção das identidades (nacionais), assim como na sua promoção perante as populações (Anderson, 2005: p. 45-47). Foi, pelo menos, o que Manuel Ferreira ajuizou, quando escreveu, ainda em tempo de censura: “independentemente do seu valor literário criativo, os intelectuais que estiveram na origem de *Claridade* e os outros que lhe vieram juntar, embora sem continuidade e sistematização aturada, manifestaram uma séria preocupação e vocação na recolha de materiais etnográficos e antropológicos, abrindo assim caminho para a mais urgente interpretação do processo social das ilhas” (Ferreira, 1967). Ademais, este autor inventariava as diferentes expressões da voz cultural cabo-verdiana, integrando as gerações que precederam e sucederam *Claridade* como momentos, todos eles decisivos, para a percepção/construção da cabo-verdianidade, perante o olhar atento das autoridades coloniais.

Nos últimos anos, esta visão foi contestada, embora nunca se tenha perdido de vista o enfoque literário. Com efeito, no campo da antropologia social e da sociologia, dois autores têm vindo a pôr a tónica nas relações entre os escritores cabo-verdianos e o poder colonial sediado no Terreiro do Paço (Anjos, 2002; Gabriel, 2002; Gabriel, 2006). Surgidas no mesmo ano, as inovadoras obras de José Carlos Gomes dos Anjos e Gabriel Fernandes têm como horizonte de referência mais longínquo o ensaio *Consciencialização da literatura cabo-verdiana* (Silveira, 1963). Ai, o escritor ilhéu Onésimo Silveira, que também publicou em *Claridade*, julgava esta revista a uma luz severa, definindo a produção “claridosa” como “literatura de exportação”, de certa forma alienante, destinada a colher o aplauso metropolitano, mas a não espelhar os difíceis condicionalismos da vida do arquipélago: as estiagens e a fome, a pobreza e o espectro da emigração, enfim, a indiferença colonial de um regime autoritário e ditatorial. Ou seja, um projeto literário concebido a pensar num público desejoso de temáticas exóticas, devidamente embebidas num caldo luso-tropical, e não tanto para alentar a população local a tomar consciência da dominação colonialista de Lisboa (Silveira, 1963).

Seja como for, as duas obras mencionadas, empregando modelos teóricos da sociologia, fixam-se, entre outras temáticas, na leitura que os membros de *Claridade* fizeram do arquipélago. Leitura essa construída em torno da mestiçagem ocorrida em Cabo Verde nos séculos anteriores e que apartaria os ilhéus dos demais africanos das colónias portuguesas, na medida em que esse acontecimento teria propiciado o disseminar da civilização europeia e uma mais completa assimilação aos padrões culturais lusitanos (Fernandes, 2002: p. 61-76). Tratar-se-ia, pois, de uma apropriação do credo luso-tropical subscrito por Gilberto Freyre, mas, sobretudo, pelas autoridades coloniais. Nesta ótica, os “claridosos”, elite literária por excelência, fariam a mediação entre os naturais submetidos ao colonialismo e o poder do Terreiro do Paço, tentando mais chamar a atenção e apaziguar, do que propriamente lutar e exigir a autodeterminação (Anjos, 2002: p. 77-136).

Certamente, que tal visão do problema ajudou a desmontar alguns mitos, no entanto, não deixa de se basear quase exclusivamente em textos literários (alguns jornalísticos), remetendo para a margem a documentação primária. Ao mesmo tempo, tende a passar em claro a diferença entre palavra escrita e ação, pois, na verdade, não deve ser escamoteado o papel cívico dos “claridosos”, em especial, o facto de Baltasar Lopes ter sido professor de várias gerações no liceu do Mindelo, tendo o mesmo convivido e ensinado futuros combatentes do PAIGC. De igual modo é preciso não perder de vista a presença dos membros da revista no “panteão” da memória nacional cabo-verdiana, algo que não se pode dever a opções geoestratégica do momento, mas compreendido a partir da real e autêntica presença de *Claridade* na cultura do arquipélago.

O UNIVERSO DOS PERIÓDICOS OU A SUCESSÃO GERACIONAL

Por seu lado, João Nobre de Oliveira, em *A Imprensa Cabo-verdiana (1820-1975)*, partiu de uma perspetiva mais alargada, com uma demorada análise dos jornais e revistas publicados no arquipélago (Oliveira, 2002). Começando pelo *Boletim Oficial de Cabo Verde*, surgido em 1842, e terminando no período pós-colonial, o seu objetivo é revelar a existência de uma imprensa atenta às injustiças do colonialismo, em particular, e do poder, em geral. Uma imprensa com variados títulos, mas muitas vezes efémera.

De igual Manuel Brito-Semedo, passou em revista a imprensa cabo-verdiana dos séculos XIX e XX (SEMEDO, 2006). Deste modo, o etnólogo elaborou um possível percurso ideológico para todas estas gerações — que, havendo partido de uma “identidade étnica”, chegaram a uma “identidade nacional”. Assim, a um “sentimento nativista” (Eugénio Tavares, Pedro Monteiro Cardoso, etc.), reclamando um “estatuto de igualdade”, sucedeu uma “consciência regionalista” (*Claridade*), reivindicando uma “diferenciação regional”, para, por fim, a “afirmação nacionalista” (geração de Cabral) exigir a “autonomia política”. Neste processo gradativo, em espiral, todas as gerações se integram, se sucedem e retomam, a um nível cada vez mais empenhado, a defesa do arquipélago.

O RECENTRAR DA QUESTÃO COLONIAL

Na senda destes trabalhos, investigadores mais jovens têm dado o seu contributo, através de uma perspetiva mais historiográfica. Por exemplo, Vítor Barros, cuja tese de mestrado versou os campos de concentração em Cabo Verde, durante o regime do Estado Novo, partiu dos contributos de Gabriel Fernandes e José Carlos dos Anjos, para desvelar as “sombras da revista *Claridade*” (Barros, 2008). Sustentando a tese da “mediação”, mas fazendo apelo a uma dualidade de “integração regionalista e a retórica nacionalista”, o autor argumenta que a revista procurou o seu próprio espaço, nos tempos conturbados das décadas de trinta e quarenta. Simultaneamente, investiga, de que forma outros espaços do Atlântico (África e Brasil) entraram no imaginário de Cabo Verde, ou seja, como lugares de alteridade e proximidade vieram a fazer parte do capital simbólico de *Claridade* (Barros, 2010: p. 68-71).

Também nessa veia, Sérgio Neto, em livro e diversos artigos, discutiu a imagem de Cabo Verde em Portugal durante o século XX. Tomando os periódicos como ponto de partida e o discurso oficial das autoridades portuguesas, este investigador ensaiou apurar o quanto a imagem de Cabo Verde, mais do que baseada nas suas próprias idiossincrasias, muito ficou a dever a modelos comparativos como a metrópole, a Madeira, os Açores, o Brasil e os arquipélagos crioulos das Antilhas (Neto, 2009). Centrando-se nos finais dos anos vinte e inícios dos anos trinta, localizou os autores das descrições mais sugestivas do arquipélago, os quais, sublinharam o quanto aí a miscigenação operada o elevara à condição de “colónia modelo”, por oposição às dominantes impressões negativista da “colónia mártir”, construídas em torno das secas, das fomes e da

pobreza. Seja como for, a nova imagética teve pontos de contacto com as páginas de *Claridade*, pelo que, na opinião deste autor, não se tratou de uma mediação literária, mas mais de um processo de osmose (NETO, 2009: p. 122).

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO

A concluir, é necessário mencionar os trabalhos que têm posto a tónica na formação. Foi o caso da investigadora Ângela Benoliel Coutinho, cuja obra principal versa os dirigentes do PAIGC (Coutinho, 2004). Outros estudos desta historiadora têm apostado nas fontes orais e vindo a revelar um mundo de possibilidades. Nomeadamente, quando as conclusões acerca dos “claridosos” suscitam novas questões. Ou seja, em que medida se processavam as relações dos membros de *Claridade* com a sociedade local e como a influência brasileira (não necessariamente literária) influenciou a cultura das ilhas. Outrossim, de que modo *Claridade* terá nutrido o nacionalismo: “Baltasar Lopes foi professor da maior parte dos revolucionários cabo-verdianos da cúpula do PAIGC” (Coutinho, 2006).

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, B. 2005. *Comunidades Imaginadas*. Lisboa. Edições 70.
- ANJOS, J. C. G. dos. 2002. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde*. Porto Alegre – Praia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul do Brasil – Instituto Nacional de Investigação e Patrimónios Culturais de Cabo Verde.
- BARROS, V. 2008. “As «Sombras» da revista *Claridade*: entre o discurso de integração regionalista e a retórica nacionalista”. *Comunidades Imaginadas*. Coimbra. Imprensa da Universidade.
- 2009. “Inspirações atlânticas e imagens brasileiras na representação de Cabo Verde”. *Mneme*. N.º 26: p. 58-73.
- 2010. “Imaginar Cabo Verde a partir da imagem do Brasil”. *Revista Estudos Políticos*.
- BRITO-SEMEDO, M. 2006. *A construção da identidade nacional*. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- CASIMIRO, A. 1935. “As Ilhas Encantadas – Visão de Cabo Verde”. *Diário de Lisboa*. p. 1.
- CASIMIRO, A. 1940. *Portugal Crioulo*. Lisboa. Editorial Cosmos.
- CASTELO, C. 1999. *O modo português de estar no mundo*. Porto. Edições Afrontamento.
- COUTINHO, Â. B. 2004. *Les dirigeants du PAIGC: des origines à la scission. Étude de parcours individuels, de stratégies familiales et d'idéologies*. Paris. Université de Paris I.
- 2006. “A imagem do Brasil em Cabo Verde – o caso da revista de Artes e Letras «Claridade»”. *Cultura Memória e Sociedade*. N.º 18.
- FERNANDES, G. 2002. *A Diluição da África*. Florianópolis. Editora da Universidade Federal de Santa Catarina.
- 2006. *Em busca da nação*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina.
- FERREIRA, M. 1959. “Consciência Literária Cabo-Verdiana”. *Estudos Ultramarinos*: p. 31-53

- FRANÇA, A. 1962. *Notas sobre a poesia e ficção cabo-verdianas*. Praia. Centro de Informação e Turismo.
- MASSA, J-M.. 1997. "Heurs et malheurs de Gilberto Freyre en Guinée Portugaise et au Cap-Vert". *Lusotopie*. N.º 4: p. 227-236.
- MEDINA, J. 2007. *Portuguesismo(s)*. Lisboa. Centro de História da Universidade de Lisboa.
- MIRANDA, A. 1937. "Em prol da Língua Portuguesa". *Notícias de Cabo Verde*. N.º 153: p. 1-2.
- NETO, S. 2003. "Cabo-verdianidade e Luso-tropicalismo. Duas visões de Cabo Verde em tempos de Estado Novo". *Estudos do Século XX*. N.º 3: pp. 289-321.
- 2009. *Colónia Mártir, Colónia Modelo*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- OLIVEIRA, J. N. de. 2002. *A Imprensa Cabo-verdiana (1820-1975)*. Macau. Fundação Macau.
- OLIVEIRA, J. O. de. 1936. "Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil". *Clareza*. N.º 3: p. 4.
- PINTO, J. A. C. P. 2012. "Gilberto Freyre e a cultura nacionalista em Cabo Verde (1936-1956)". *Portugal, Brasil, África: História, identidades e fronteiras*. São Leopoldo. Oikos Editora: p. 101-124.
- SILVEIRA, O. 1963. *Consciencialização da literatura cabo-verdiana*. Lisboa. Edição da Casa dos Estudantes do Império.
- SILVESTRE, O. 2002. "A Aventura Crioula revisitada. Versões do *Atlântico Negro* em Gilberto Freyre, Baltasar Lopes e Manuel Ferreira". Lisboa. Edições Colibri: p. 63-103.